

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 58
Maio – 2005

S U M Á R I O

2 A Cúpula América do Sul-Países Árabes: um balanço

Amado Luiz Cervo

4 Análise da Cúpula América do Sul – Países Árabes

Tânia Maria Pechir Gomes Manzur

9 Notas sobre a geopolítica do petróleo no século XXI

João Fábio Bertonha

11 Os problemas recentes e as muitas virtudes do Mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais no Brasil

Antônio Carlos Lessa

13 Tática do avestruz: a anti-globalização à procura do seu mundo

Paulo Roberto de Almeida

Resenhas

16 Paisagens da História – Como os historiadores mapeiam o passado

Priscila Gonçalves Tanaami

18 O Poder Americano

Paulo Roberto de Almeida

20 Ensaio sobre o capitalismo no século XX

Paulo Roberto de Almeida

A Cúpula América do Sul-Países Árabes: um balanço

Amado Luiz Cervo*

A Cúpula realizada em Brasília, nos dias 10 e 11 de maio de 2005, por iniciativa do governo brasileiro, reuniu 33 países, 22 árabes e 11 sul-americanos. O encontro não deve ser avaliado por seus efeitos apenas imediatos, visto que encontros dessa magnitude produzem também efeitos de médio e longo prazos. Por enquanto, a Cúpula pode ser vista em seus aspectos político e econômico, bem como em seus impactos regionais e internacionais.

A diplomacia brasileira não desejava que a Cúpula tomasse uma direção política, já que no mundo árabe a religião faz a unidade, não a união. Mas os debates e o documento final, a Carta de Brasília, comprovam que a política dominou o encontro. Os países árabes fizeram aprovar uma condenação das sanções unilaterais norte-americanas à Síria e da ocupação israelense dos territórios palestinos. Por essa lógica, ingleses e argentinos foram convidados a superar seu diferendo sobre as Malvinas pela negociação. A longa Carta de Brasília contém forte apelo à paz e condena o terrorismo, desclassificando, porém, a resistência à ocupação estrangeira, considerada direito de autodefesa. A mensagem política da Carta de Brasília assenta sobre as resoluções da ONU e sobre os princípios de autodeterminação e não intervenção, caros à diplomacia brasileira. É moderada e não deve incomodar aos Estados Unidos, mesmo sem fazer um apelo formal à democracia, porque vem assinada por seus aliados no mundo árabe, exceção feita à Israel.

O balanço econômico da Cúpula é mais relevante. Existe um desequilíbrio entre 17 milhões de árabes ou descendentes vivendo na América do Sul e minguados negócios entre as regiões. Em 2004, por exemplo, sobre 240 bilhões de dólares de importações, a parcela que esses países árabes importaram do Brasil situou-se em 4 bilhões apenas.

Os negócios deveriam atenuar esse desequilíbrio, assim esperavam os governos sul-americanos.

Mais de 800 empresários de ambos os lados debateram as oportunidades de comércio e investimentos. Firmou-se importante acordo para criação de futura área de livre comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, que reúne seis países de peso. Encaminharam-se acordos entre Mercosul, Egito e Marrocos. A feira de investimentos serviu para demonstrar a atração de capitais de lado a lado, útil à internacionalização de empresas brasileiras. Ponderou-se a oportunidade de criar linhas aérea e marítima diretas entre as regiões, como também um banco de financiamento do comércio. O conhecimento mútuo entre empresários era mínimo e cresceu, realizando uma condição indispensável à expansão dos negócios.

Não passa despercebido o efeito da reunião sobre as relações entre os países sul-americanos. Encontro paralelo entre Lula da Silva, Néstor Kirchner e Hugo Chávez reforçou a aliança estratégica dos três grandes da América do Sul, esboçada há dois meses, por ocasião da posse do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez. Eles decidiram criar a Petrosul para coordenar a cooperação na área energética e também trataram da Telesul e do Bancosul. O presidente da Argentina deu-se por satisfeito com os entendimentos havidos entre ele e Lula acerca dos problemas do comércio bilateral. A Venezuela continua mais do que nunca no clube de amigos do Brasil, é o que comprova a manifestação dos dois Presidentes.

Sobre o cenário internacional, apenas Israel e seus porta-vozes na América do Sul têm com que se preocupar. Não os Estados Unidos nem a Europa, que apreciam a moderação da política exterior do Brasil, embora não tanto seu protagonismo e sua capacidade de criar consensos internacionais. No Brasil, até

* Professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

mesmo os admiradores de Fernando Henrique Cardoso ficam contentes com os termos da Carta, que faz uso do conceito de globalização assimétrica, elaborado pelo sociólogo ex-Presidente. Riscos para o Brasil, se a Cúpula criou, os internacionalistas sabem que nada de relevante se faz com ações externas sem correr riscos. A Cúpula serviu para testar a capacidade de o Brasil correr riscos.

Em suma, a Cúpula já produziu efeitos concretos: os acordos do Mercosul com países árabes, a Petrosul, o apoio dos 33 governos ao candidato

uruguaio à presidência da OMC e a conversão da Cúpula em instituição permanente com encontros periódicos. As fragilidades do encontro também são efeitos concretos: a prevalência do político sobre o econômico, a realização de poucos negócios apesar da presença de centenas de empresários, o mau humor do Presidente da Argentina, que continua insatisfeito com o protagonismo internacional do Brasil e a desindustrialização de seu país, a insatisfação de parte da opinião brasileira, incapaz de pensar rotas de interesse comercial fora do eixo com o Primeiro Mundo.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

Análise da Cúpula América do Sul – Países Árabes

Tânia Maria Pechir Gomes Manzur*

A Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) encerrou-se na quarta-feira, 11 de maio de 2005, mas deixou o legado de algumas discussões importantes para a opinião pública brasileira, legado esse que deve perdurar ainda por bom tempo. Segundo análise feita por Igor Gielow, da *Folha de São Paulo*, o Encontro não teria sido “nem um sucesso absoluto, nem um desastre completo”¹, dado que teria alcançado mais avanços que recuos no plano econômico e mais recuos que avanços no campo político.

É preciso ponderar a crítica e coletar dados mais precisos para chegar a conclusões mais sólidas. De fato, houve repercussão grande dos discursos políticos, especialmente porque, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a ênfase da Cúpula deveria estar na construção de pontes de oportunidade para o estreitamento das relações de cooperação bi-regional e também para o incremento dos negócios entre as duas regiões. É verdade que o MRE tentou fazer prevalecer esse discurso, mas para boa parte dos meios de comunicação, na prática, teria havido uma divergência quanto ao teor da Cúpula – aos países árabes, atribuir-se-ia o cunho prevalentemente político, e aos sul-americanos, a idéia fundamental de se incrementar o comércio. O fato é que, em se tratando de um encontro entre países árabes e sul-americanos, todos eles encaixados no rol dos PVD (países em via de desenvolvimento), ou países de médio desenvolvimento, o tom político apareceria naturalmente. Foi uma intenção política que motivou a proposição da Cúpula. Do mesmo modo, foi uma intenção política que impulsionou a participação (ou recusa a participar) nela. Como imaginar que estando reunidos representantes de Brasil, Venezuela, Argentina, Iraque, Arábia Saudita, Autoridade Nacional Palestina, Liga dos Países Árabes, apenas para citar

alguns dos mais freqüentes na mídia, não se trataria de temas candentes da política internacional? Ainda que se tentasse dirigir o foco para os aspectos econômico-comerciais e de cooperação, a política não poderia deixar de estar presente. Análises muito enfáticas e negativas quanto ao tom político da Cúpula, portanto, revelam nesse mister mais ignorância ou alheamento em relação à realidade do que a propriedade do conhecimento das relações internacionais.

Há alegações segundo as quais o encontro estaria esvaziado porque não contaria com a totalidade dos primeiros mandatários. É preciso notar, contudo, que estiveram presentes importantes lideranças, dentre as quais: Abdelaziz Bouteflika, presidente da Argélia e atual presidente da Liga Árabe (que congrega 22 países); Amre Moussa, Secretário-geral da Liga Árabe; Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP); Jalal Talabani, presidente do Iraque; Alejandro Toledo, presidente do Peru e atual presidente da Comunidade Sul-Americana de Nações; Hugo Chávez, presidente da Venezuela; Ricardo Lagos, presidente do Chile; Tabaré Vasquez, presidente do Uruguai; Leila Rachid, Ministra das Relações Exteriores do Paraguai, país que atualmente preside o Mercosul e Nestor Kirschner, presidente da Argentina, dentre outros. Quanto a este último, é interessante notar a intensidade com que a imprensa – brasileira e argentina, principalmente – realçou sua saída precoce e intempestiva, na terça-feira, portanto um dia antes do encerramento da Cúpula. Mas por que não dar cores fortes ao próprio comparecimento do presidente argentino ao Encontro? Em momentos anteriores, ele havia externado a intenção de nem mesmo participar. Somente pelo fato de estar em Brasília, Nestor Kirschner demonstrou a relevância da

* Diretora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB)

¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68932.shtml>. Acesso em 12 de maio de 2005.

Cúpula para seu governo e, ainda que tenha saído antes do final do Encontro, o que para ele não foi a primeira nem será a última vez, havia cumprido todas as obrigações previamente agendadas, segundo afirmou nas entrevistas dadas após sua chegada à Argentina. O que muitos analistas tomaram como fogo na brasa dos conflitos mais recentes entre Brasil e Argentina, provavelmente foi o reflexo da personalidade do homem de Estado, em especial, do enfado que o presidente argentino tem freqüentemente demonstrado quando presente em grandes cúpulas.

É preciso que se faça uma análise multifacetada daquilo que está sendo abordado nos grandes meios de comunicação brasileiros e estrangeiros, mas também daqueles que seriam possíveis reais avanços e recuos da Cúpula, algo que apenas o futuro mostrará por certo.

No primeiro quesito, podem ser evidenciados importantes indicadores.

Em primeiro lugar, tratemos da possibilidade de desenvolvimento do comércio internacional entre os países participantes – árabes e sul-americanos. Fala-se da expectativa do governo brasileiro de que haja um incremento de até 150% no comércio entre o Brasil e os países árabes (para saltar de algo em torno de US\$8 bilhões para aproximadamente US\$ 20 bilhões). Esses dados são baseados nas condições atuais e no potencial, que já se evidencia, de intensificação das exportações e importações entre Brasil e países árabes. Um encontro como a Cúpula ASPA tem a vantagem de estimular tanto o comércio multilateral como o bilateral. O Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo assinaram um Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, cujo objetivo seria criar mais uma área de livre comércio entre países em desenvolvimento. Pode-se dizer que, em princípio, a assinatura do mencionado acordo corre o risco de ficar apenas no âmbito da retórica. Porém, esse risco se corre após firmar-se qualquer tratado. A implementação das ações relativas às intenções expressas nos acordos, em especial no caso Mercosul/GCC, vai depender da vontade política dos países

signatários em negociar habilmente, de forma a não reduzir o comércio com parceiros tradicionais e, paralelamente, incrementar a diversificação de parcerias.

Outro exemplo de possíveis bons frutos no campo econômico-comercial é a concordância entre Lula, Kirschner e Chávez e os posteriores entendimentos entre ministros de energia do Brasil, da Argentina e da Venezuela para o estabelecimento da Petrosul, espécie de *joint venture* sul-americana a estimular a cooperação, mas também – e, talvez, principalmente – os negócios na área energética, mais especialmente em termos de petróleo.

Há que se mencionar ainda o grande potencial de relações comerciais bilaterais, a partir das diversas conversações que já tiveram ou terão como ponto de partida esta Cúpula. Especialmente quanto às iniciativas na área privada, as críticas mais contundentes atestam que o fórum empresarial e industrial que se realizou em concomitância com o evento principal não exprimiu relevância, especialmente porque teve um comparecimento inferior à metade dos inscritos. Com isso, a partir do número de participantes, poder-se-ia inferir o insucesso a que estaria fadada a iniciativa. Entretanto, o fato é que se reuniram aproximadamente mil industriais e empresários. Se todos eles puderem ter estabelecido parcerias e novos negócios, será um bom início. Cúpulas não têm a chave dos negócios, mas podem ajudar a incrementá-los. Se foi pequeno o número de participantes na visão de alguns, é também imperioso conhecer o peso econômico de cada um deles em seu país ou sua região. Apenas as ações futuras poderão suscitar críticas mais bem fundamentadas.

Em seguida, tratemos de política internacional. Dados positivos podem ser evidenciados desde já nessa seara. Em primeiro lugar, é patente o fortalecimento da liderança brasileira entre países do Sul. Não apenas foi a Cúpula um evento proposto e liderado pelo Brasil, mas o País teve primazia também na implementação de algumas ações. Um exemplo disso é o fato de que, na Declaração de Brasília,

documento final da Cúpula ASPA, propostas brasileiras como o combate à fome, o desarmamento, o estabelecimento de zonas livres de armas nucleares, a cooperação para o desenvolvimento, dentre outras, estão presentes de maneira explícita e vêm acompanhadas de sugestões de ação efetiva. Declarações conjuntas são, via de regra, bastante mais genéricas e fluidas do que a de Brasília demonstra ser.

Outro ponto em que o Brasil emplacou propostas foi o da defesa da soberania dos Estados sobre os recursos territoriais; como ilustração da importância dessa temática para o governo e para a sociedade brasileira, é disseminada internacionalmente, como se sabe, a idéia de internacionalização da Amazônia; para o Brasil é importante reiterar, sempre que possível, a soberania estatal sobre recursos naturais nos mais variados foros internacionais, de forma a não restarem dúvidas sobre o posicionamento dos brasileiros nesse mister. Essa é, certamente, uma questão candente também para os países árabes, não apenas por causa do petróleo lá existente, mas também pelas disputas acirradas e, desafortunadamente, crescentes pelo recurso natural que promete ser um dos mais disputados mundialmente no futuro bem próximo: a água.

Pode-se ainda alegar como indicação de futuros benefícios para países árabes e sul-americanos o incremento da cooperação sul-sul bilateral e multilateral (para além do âmbito econômico-comercial), o que poderia favorecer o planejamento e execução de ações conjuntas em prol da promoção da paz mundial e, talvez, um apoio mais abrangente à proposta brasileira de reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, com o Brasil passando a ser membro permanente. Em termos multilaterais, por exemplo, o incremento na cooperação internacional entre as duas regiões deve dar-se na medida em que, com a Cúpula, se estabelece um foro privilegiado para discussão de questões relevantes para ambas e, por conseguinte, para toda a comunidade internacional. Esse novo foro seria campo aberto para a reiteração das discussões sobre problemas relevantes da agenda política internacional

já discutidos na Cúpula, tais como o terrorismo, o direito de resistência à ocupação estrangeira, a posse territorial das Malvinas/Falklands, as sanções norte-americanas à Síria, a democracia no Iraque, o papel da ONU e sua necessária reforma, a construção da paz mundial, dentre outros.

Outro assunto importante no âmbito da cooperação internacional é a criação da já mencionada Petrosul. A primeira idéia de associação nasceu de um acordo de cooperação firmado pela Venezuela com a Argentina. Já se evoluiu para a participação brasileira. Pode-se ter, aí, um primeiro passo para a formação da Petroamérica, com a inclusão de estatais da Colômbia e do Equador.

Mas há sempre o outro lado da moeda. Mesmo as conquistas podem ser temperadas com cautela.

Em primeiro lugar, quanto ao incremento do comércio entre países sul-americanos e árabes, um entrave já se nota atualmente: uma das maiores dificuldades para os empresários – e que não permite atualmente números expressivos no comércio entre bi-regional – é a questão logística, especialmente no que tange aos transportes; exemplo disso é que falta ligação direta entre América do Sul e Oriente Médio, sem passar pela Europa; se como resultado da Cúpula algo for feito para minorar esse problema, o aumento dos números do comércio bi-regional poderá ser notado em breve tempo.

Quanto à questão da liderança brasileira entre os países em desenvolvimento, alguns problemas já têm aparecido, como as alegações nas imprensas argentina e brasileira de desgastes do presidente Kirchner em face da almejada projeção regional e mundial do Brasil. Há, segundo alguns analistas das relações internacionais, uma postura de “triumfalismo” entre os formuladores da Política Exterior do Brasil. Esse estaria sendo o tom dado pelo Ministério das Relações Exteriores nos posicionamentos brasileiros em diversos foros internacionais, como no âmbito do Mercosul, da ONU, da Organização Mundial do Comércio (OMC), e agora também na Cúpula ASPA. Caso se reflita nesses foros uma postura arrogante do Brasil, isso pode gerar desgastes e contraposições

ao que, na América Latina e, em especial na América do Sul, historicamente se considera como a tentativa de estabelecer o sub-imperialismo brasileiro. Será necessário um grande esforço do Itamaraty para minorar esse sentimento e, ainda assim, continuar com a aspiração a uma maior e melhor projeção internacional para o País.

A propósito, em termos do pleito ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o governo da Argentina tem, ao que consta, apresentado suas ponderações à primazia brasileira na questão. O fato é que muitos outros países americanos que estão ainda silenciosos a esse respeito poderiam, a partir de uma definição sobre a viabilidade da reforma da Organização, contrapor-se ao assento permanente do Brasil; parece interessante deixar governo brasileiro tomar a frente e lutar por mudanças e democratização da ONU; o Brasil estaria, com essa postura, acreditando que seria apoiado posteriormente na questão do assento permanente; entretanto, uma vez instituídas as mudanças na estrutura da Organização, que fundamentos e argumentações dariam ao Brasil o aval para representar a América Latina no Conselho de Segurança? Por que não a Argentina? Por que não o Chile? Ou o México? Ou ainda, a Colômbia? Ou, afinal, qualquer país da região? O Itamaraty e a presidência da República devem estar atentos ao fato de que a liderança implica benefícios e custos. O País se projeta internacionalmente, mas ao mesmo tempo “vira vidraça”; tem de arcar com os custos de participar das missões da ONU; tem de aumentar – para ser bem mais relevante e expressiva – a contribuição financeira para a instituição; tem de contribuir positivamente para as discussões e resoluções da Assembléia Geral; tem de apoiar e financiar – o que já ocorre, a bem da verdade – um número cada vez maior de projetos de cooperação internacional no âmbito das agências vinculadas à Organização, como é o caso do UNICEF, da UNESCO, dentre outras; e, além de tudo isso, deve munir-se de fundamentos para uma argumentação sólida que possa rebater os possíveis ataques e contraposições a essa liderança. Ademais, é preciso que o governo

brasileiro esteja preparado para, após todos esses esforços, e a despeito deles, negociar *ad nauseam* a adesão vultosa à causa brasileira e o apoio explícito à obtenção, pelo Brasil, do assento permanente.

Ainda quanto ao aspecto político das discussões levadas a termo na Cúpula, alguns problemas já têm sido levantados em relação à Declaração de Brasília. Primeiramente, ao condenar o terrorismo e, ao mesmo tempo, apoiar o direito de resistência à ocupação estrangeira, a Declaração deixaria a lacuna de não explicitar que casos seriam realmente de resistência e quais outros tratar-se-iam de atos terroristas. Alguns grupos vinculados à comunidade judaica brasileira, por exemplo, alegam que o direito de resistência poderia ser utilizado por grupos terroristas como justificativa para ações ilícitas, tendo em vista a propalada necessidade de defesa do seu território em face de agressão ou intervenção externa. De todo modo, é preciso mencionar que a Declaração é explícita na condenação de todas as formas de terrorismo e conclama à realização de uma conferência internacional, sob os auspícios das Nações Unidas, para estudar e definir o crime de terrorismo. Assim sendo, em princípio, condenando-se todas as formas de terrorismo, não existiria “terrorismo bom” e “terrorismo mau” – uma vez definido o crime de terrorismo, condena-se tudo o que se encaixe nessa categoria. Logicamente, não é papel de uma cúpula bi-regional tratar da definição do termo, então adequadamente os países árabes e sul-americanos fazem um convite à comunidade internacional para estudar a questão no âmbito da ONU.

A possessão das Malvinas/Falklands é outro ponto controverso, inclusive por que o próprio Reino Unido não estaria propenso a abrir negociações sobre o tema. Poderia vir a ser elemento de atrito com a Inglaterra, mas o que se propõe é a solução negociada, diplomática e consensual da disputa que, a bem da unidade sul-americana, não poderia ignorar o posicionamento argentino.

Em relação às sanções à Síria, talvez se configure aqui o principal elemento de possíveis atritos para o governo brasileiro: o alvo direto das recriminações são

os Estados Unidos – grandes responsáveis por essas sanções; o país é mencionado diretamente na Declaração. Isso é, por si só, elemento sobre o qual se exige cautela. Mesmo se alegando tratar-se de uma cúpula bi-regional, da qual deveria sair um documento que refletisse interesses das duas regiões, esse é o ponto em que mais críticas podem ser levantadas, especialmente por que não condiz com a tradição da política exterior do Brasil de evitar antagonismos explícitos com parceiros tradicionais. De fato, é necessário muito cuidado para que, a partir da Declaração de Brasília, não se desenvolva um atrito indesejado com os Estados Unidos; a diplomacia brasileira terá trabalho para aparar as arestas desse ponto em especial.

A cobertura internacional tem, por vezes, encarado essa Cúpula como uma tentativa de contrabalançar o peso dos Estados Unidos nas relações internacionais. Haveria, segundo jornais israelenses, por exemplo, uma certa preocupação de Israel com quão longe iriam as relações entre o Brasil e os países árabes reunidos na Conferência. De todo modo, o Brasil também é parceiro de Israel e certamente procurará amenizar quaisquer repercussões negativas

da Declaração final para que não se agrida nenhuma das partes envolvidas, inclusive por que há viagem marcada do Chanceler brasileiro, Celso Amorim, para Israel, no final deste mês de maio de 2005.

Em síntese, a Cúpula América do Sul – Países Árabes, iniciativa pioneira e que vem ao encontro da universalização da política exterior proposta pelo governo Lula desde a campanha eleitoral, sugere avanços expressivos e recuos em face dos quais se exige cautela. Será necessário um esforço da diplomacia brasileira para minimizar os efeitos dos problemas e enfatizar as vitórias. No momento atual, em que críticas vêm sendo feitas à política exterior do governo Lula por conta, especialmente, de entraves evidenciados nas negociações do Mercosul, alternativas de comércio e cooperação, como as que se abriram com os países árabes, podem vir a ser um bálsamo ou meramente um placebo. Tudo vai depender da vontade política, da coerência da retórica com a ação e da efetivação das várias propostas lançadas na Cúpula ASPA que, se realmente vierem a tornar-se realidade, poderão representar uma das conquistas do governo de Luís Inácio Lula da Silva.



O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Notas sobre a geopolítica do petróleo no século XXI

João Fábio Bertonha*

Dizer que o petróleo é um elemento de influência nas relações geopolíticas contemporâneas é repetir o óbvio. Desde que ele se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna, ter ou controlar fontes de petróleo e as rotas por onde ele é transportado se tornou questão de vida e morte para as sociedades contemporâneas. O fato de ele ser o sangue vital das forças armadas modernas, movendo aviões, tanques e navios, apenas ressalta esse seu papel fundamental.

Realmente, controlar um amplo suprimento de petróleo não faz de um país, automaticamente, uma superpotência econômica ou militar. Afinal, é necessária habilidade técnica e outros elementos para fazer o óleo negro se converter em dinamismo industrial ou poder de fogo militar. No entanto, para uma sociedade industrial moderna, tentar manter a sua economia funcionando ou seus militares em combate sem um abastecimento adequado do produto é suicídio, como demonstra, por exemplo, a experiência do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

Quando pensamos na geopolítica do petróleo nesse início do século XXI, o primeiro fato que nos vem a mente, seguramente, são os conflitos do Oriente Médio, como a guerra Irã-Iraque, a guerra do Golfo em 1990-1991 e a conquista do Iraque pelos Estados Unidos em 2003. Reduzir esses conflitos ao elemento “petróleo” seria, seguramente, um erro, pois questões outras estavam e estão envolvidas. No entanto, o problema de controlar as maiores reservas petrolíferas do mundo está sempre presente e esquecer isto seria de uma ingenuidade absurda.

No entanto, se examinarmos com alguma atenção as notícias do dia a dia, veremos como o problema do petróleo dentro da geopolítica contemporânea não é algo que afete apenas os países

do Oriente Médio. Como região que detém as maiores reservas do mundo – e que tendem a ser ainda mais importantes a medida em que os estoques do mar do Norte, da Rússia e outros declinarem, como está previsto – ela sempre será a chave dentro das preocupações energéticas das grandes potências. Mas a busca do “ouro negro” está tendo impacto, igualmente, em outras regiões do mundo.

Na Ásia Central, por exemplo, existem vastas reservas de óleo e gás natural e supõe-se que possa haver muito mais. Não espanta, assim, o imenso esforço de Moscou para manter a influência russa sobre as ex-repúblicas soviéticas, como o Azerbaijão e o Casaquistão, e a corte de americanos, chineses e europeus sobre as mesmas. Controlar os oleodutos que transportam o petróleo também é uma questão de imensa importância, o que ajuda a explicar, por exemplo, a insistência russa em manter o controle da Tchecênia ou a presença americana no Afeganistão. É claro que russos e americanos também querem, por exemplo, salvaguardar a integridade territorial da Federação russa ou caçar Bin Laden e o Taleban. Mas, sem o petróleo, será que essas regiões atrairiam tanto o interesse de Moscou e Washington?

Na África Ocidental, por sua vez, a descoberta de razoáveis reservas de óleo, convenientemente na costa do Atlântico, mais próximas do Ocidente, tem levado o Pentágono a ampliar a sua presença na região, inclusive estabelecendo bases militares e assinando acordos de cooperação com vários países africanos. Regiões esquecidas voltam, assim, ao noticiário internacional simplesmente por poderem se tornar fornecedoras do Ocidente ou de outros países ávidos por petróleo.

Essa menção a “outros países” não é ocasional. Um novo elemento no xadrez internacional do petróleo vai ser, com certeza, a entrada no mercado

* Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

de outros países, especialmente os asiáticos. Dentre eles, destaca-se, é claro, a China. Com seu apetite aparentemente insaciável por alimentos, metais e, evidentemente, petróleo, a China já tem modificado o equilíbrio produção/oferta no mercado internacional e isso tende a se agravar no futuro. Resta a pergunta de até onde os chineses irão para saciar esse apetite. Por enquanto, eles têm os dólares necessários para comprá-lo no mercado internacional. Mas, e se o equilíbrio do mercado se tornar tão instável que a China decida controlar diretamente alguma fonte segura de petróleo, invadindo, digamos, o Irã? Como a União Européia, o Japão e, é claro, os Estados Unidos reagiriam?

Até mesmo o Brasil tem atuado dentro da nova geopolítica do petróleo, como demonstram a atuação da Petrobrás nos mais diversos países da América do Sul, a busca de acordos de exploração e cooperação com a Venezuela e Angola, etc, para não mencionar, claro, o gasoduto Brasil-Bolívia. Seria interessante verificar qual a reação brasileira no caso de um novo governo boliviano exigir um preço pelo gás que tornasse impraticável a sua extração. Que faríamos? Aceitaríamos e acataríamos o prejuízo, indo às cortes internacionais ou enviaríamos o corpo de fuzileiros e os pára-quedistas para ocupar os campos de gás? Dada a nossa situação militar e/ou estratégica, a primeira opção parece a mais provável, mas, numa situação de crise mundial de energia e em que tivéssemos melhores instrumentos de poder em mãos, seríamos (ou poderíamos ser) tão condescendentes? Provavelmente, não? Ou seja, em nível menor, mesmo potências secundárias, como o Brasil, tem enfrentado, em nível menor, os mesmos problemas das maiores no que se refere a garantir o abastecimento de energia, e isso tende apenas a aumentar no futuro.

Por fim, cabe uma reflexão sobre os efeitos geopolíticos da futura mudança da matriz energética global. Mesmo sendo algo pouco provável em curto e médio prazo, o próprio esgotamento do petróleo vai obrigar a economia global a convocar outras fontes de energia, como a nuclear ou as células de hidrogênio. As alterações na sociedade global que tal mudança

provocará serão, evidentemente, imensas, mas ninguém parece ainda ter refletido a contento sobre seus impactos geopolíticos.

Assim, países que precisam do poder do petróleo para exercer alguma influência global, como a Rússia, perderiam influência, enquanto várias guerras pelo controle dos campos petrolíferos na África ou em outras regiões pobres do Terceiro Mundo provavelmente cessariam. É razoável imaginar também que países e regiões dependentes das rendas do petróleo e que não aproveitaram o seu período de fartura (como fez a Noruega, por exemplo) para tornarem as suas sociedades e economias mais justas e diversificadas estariam numa situação, no mínimo, difícil. É o caso dos países árabes ou da Venezuela.

Estes países não apenas veriam o nível de vida das suas populações despencar, como perderiam rapidamente importância no xadrez geopolítico global, já que ficariam desprovidos de recursos de interesse e também dos instrumentos de poder (dinheiro, armas, influência) que o petróleo lhes dá atualmente. Ou alguém imagina que os sauditas seriam ouvidos internacionalmente se não estivessem sentados num mar de óleo ou que Saddam Hussein teria construído a força militar com que incomodou o Ocidente nos anos 80 e 90 sem o dinheiro dos poços?

Assim, o petróleo continua sendo um catalisador fundamental da geopolítica mundial, sendo tanto um recurso cobiçado pelas potências, pequenas ou grandes, como um instrumento chave para atuar, direta ou indiretamente, no cenário mundial. Tal situação não tende a se modificar a curto e médio prazo. A longo, é razoável acreditar que ele tende a perder importância, mas isso não significa que não haverá outros conflitos por recursos naturais. Num planeta onde estes são limitados e as demandas são crescentes, haverá, inevitavelmente, disputas entre as nações, de forma pacífica ou pela guerra. À geopolítica do petróleo, suceder-se-ão as da comida, do ferro, da água e outras. Ou a humanidade aprende a preservar e dividir os recursos naturais, ou, inevitavelmente, eles se tornarão questão de segurança nacional e, mais uma vez, como tantas vezes na História, sangue correrá por eles.

Os problemas recentes e as muitas virtudes do Mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais no Brasil

Antônio Carlos Lessa*

A expansão recente que se observou na oferta de formação em Relações Internacionais foi problemática e vê-se que a área ainda tem falhas sérias de estruturação. Mas, ao tempo em que se verifica a existência de uma grande oferta de formação específica, cabe perguntar como está se estruturando o mercado de trabalho para os egressos.

Nesse sentido, a observação geral a ser feita é que o mercado de trabalho para bacharéis e pós-graduados em Relações Internacionais é já uma realidade, ao contrário do que acontecia nos anos setenta quando a UnB criou o primeiro curso, e teve que investir energias importantes em divulgar o perfil do egresso e em convencer os potenciais empregadores a empregá-lo. Pode-se afirmar que o mercado tem bom tamanho, comporta múltiplas possibilidades para a organização criativa de carreiras e pode ser expandido – mas isso ainda depende em grande parte do comprometimento das instituições de ensino com a divulgação do curso e do perfil do egresso. O mercado está definitivamente consolidado apenas em Brasília, mas existem muitos espaços a serem construídos nos outros estados da federação.

De todas as formações na área de ciências humanas, a de Relações Internacionais é uma das que possui a maior versatilidade. O egresso do curso tem, potencialmente, muitas possibilidades de se inserir profissionalmente no mercado de trabalho, que se ainda é majoritariamente caracterizado pela forte presença do setor público, tem muitas oportunidades em outros setores.

O setor público, nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal), com efeito, foi o que mais cresceu desde os anos setenta. Os órgãos da administração federal estão preparados para lidar com

as interfaces externas das diferentes políticas públicas, nas mais diversas áreas. Todos os ministérios possuem assessorias internacionais e muitas divisões e departamentos que lidam com temas internacionais, e oferecem oportunidades de trabalho para o profissional de Relações Internacionais, seja na área da cooperação internacional, da negociação internacional, ou da gestão de programas de governo.

Diferentes carreiras de Estado foram organizadas ao longo dos anos noventa com o objetivo de atrair quadros para a atuação direta na formulação de políticas públicas com repercussão internacional, rompendo o monopólio da carreira diplomática nesses assuntos. Assim, as carreiras de analista de comércio exterior (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), de analista de finanças e controle e de especialista em políticas públicas e gestão governamental (Ministério do Planejamento), de analista de informações e pesquisador (Agência Brasileira de Inteligência), entre outras, possuem grandes atrativos para os profissionais recém-formados, tanto pela remuneração e estabilidade, quanto pelo fato de que oferecem a possibilidade de atuação na área de Relações Internacionais. Além da administração direta, as agências reguladoras, criadas ao longo da segunda metade dos anos noventa, também possuem estruturas de cooperação e assessoria internacional e oferecem carreiras estruturadas.

Oportunidades de trabalho na área têm surgido nos últimos anos em decorrência da criação de Assessorias e Secretarias de Assuntos Internacionais nos governos estaduais e municipais (especialmente das capitais). Esse é um movimento importante, que evidencia que os governos das entidades subnacionais

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), editor da Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) e coordenador da Rede Brasileira de Relações Internacionais (RelNet).

desejam se preparar melhor para tratar dos temas da agenda internacional do Brasil que lhes interessam, como a atração de investimentos estrangeiros, os projetos de cooperação técnica internacional, e o diálogo com as áreas técnicas do governo federal que gerenciam programas de financiamento externo, entre muitas outras necessidades. O próprio Ministério das Relações Exteriores percebeu essa movimentação e criou em 1997 uma Assessoria de Relações Federativas, com o objetivo precípua de assessorar os governos estaduais e municipais nas suas relações externas.

As organizações internacionais que possuem representação no Brasil são tradicionais empregadores de egressos de cursos de Relações Internacionais. Com efeito, a gestão de projetos de cooperação e das relações com os órgãos do poder executivo têm demandado mão-de-obra especializada em nível crescente. Do mesmo modo, as embaixadas e consulados estrangeiros têm aumentado a sua participação no mercado de trabalho especializado, tanto porque necessitam ampliar os serviços de monitoramento político e econômico, quanto porque os seus escritórios de prospecção de negócios têm se mostrado muito mais ativos ao longo dos últimos anos.

O aumento do número de postos de trabalho no setor privado permanece como a grande promessa da área. É fato que muitos bancos, indústrias de grande e médio portes e empresas do setor de serviços (turismo, exportação e importação, consultorias etc) têm atraído para os seus quadros profissionais com formação em Relações Internacionais, especialmente por meio dos programas de *trainees* que recrutam jovens egressos de diversas áreas, mas este caminho ainda tem que ser trabalhado com atenção.

O terceiro setor tem crescido em importância como recrutador de quadros na área ao longo das duas últimas décadas. As organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras passaram a assumir funções de intermediação que eram inéditas até bem pouco tempo atrás. Com efeito, muitas organizações que militam na área ambiental, da saúde, cultural etc, estão conectadas a amplas redes internacionais de congêneres, que por vezes lhes propiciam assistência e cooperação técnicas e financiamento para projetos. Algumas das grandes

organizações que atuam na área ambiental, por exemplo, possuem escritórios de representação bastante ativos no Brasil, com o objetivo de monitorar as atividades dos governos locais e de pressionar o poder público.

A carreira acadêmica promete ser uma grande empregadora nos próximos anos. A expansão do ensino em nível de graduação por si só já é um indicador bastante auspicioso de que deve crescer o recrutamento de quadros com formação específica, especialmente com pós-graduação. Os critérios que o Ministério da Educação adotou para autorizar novos cursos, adicionadas às exigências constantes do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior para o credenciamento dos cursos existentes, indicam que as instituições de ensino devem se empenhar cada vez mais em atrair profissionais experimentados para as suas salas de aula.

A evolução do mercado de trabalho para profissionais de Relações Internacionais, juntamente com a transformação do quadro de oferta do ensino especializado que se desenrolaram ao longo dos últimos anos, permite que se proponha, como conclusão, um perfil profissional de síntese. Para tanto, é necessário contemplar as experiências de formação desenvolvidas desde as origens do ensino na área do Brasil, considerar as suas especificidades, e contrapô-las às demandas do mercado. É também necessário considerar que o crescimento do ensino de Relações Internacionais, juntamente com a expansão e o amadurecimento da reflexão científico-acadêmica especializada, são dois processos interligados, que traduzem o modo como os atores sociais e o Estado responderam à internacionalização crescente da vida nacional e como procuram se adaptar aos desafios e às oportunidades disso decorrente.

Assim, o profissional de Relações Internacionais é, acima de tudo, um formulador e um implementador de políticas que têm repercussão internacional para os seus empregadores, sejam públicos, privados ou do terceiro setor, nacionais ou internacionais – é, em poucas palavras, um agente que foi estabelecido para mediar a complexa interface entre o externo e o interno, cujo diâmetro só cresceu no Brasil ao longo dos últimos anos.

Tática do avestruz: a anti-globalização à procura do seu mundo

Paulo Roberto de Almeida*

Acredito, pessoalmente, que – à parte um “núcleo duro” de anti-capitalistas profissionais, isto é, aqueles sobreviventes do grande desastre do movimento comunista do século XX e que ainda continuam a se perpetuar como uma seita religiosa, através de velhos ritos litúrgicos que só desaparecerão com o passamento do último representante da espécie – a maior parte dos integrantes do movimento anti-globalizador é composta de jovens idealistas que desejam sinceramente a correção das piores desigualdades que ainda dividem a humanidade em um punhado de países ricos e uma imensa periferia de pobres e miseráveis. Eles são devotados à causa e acreditam, por indução daqueles profissionais acima referidos ou por leituras apressadas ou enviesadas, que o velho capitalismo, o neoliberalismo (que muitos confundem com o chamado “Consenso de Washington”) e o sistema de mercado são efetivamente responsáveis pelas misérias do mundo, tal como o vemos de nossas janelas, nas ruas do Terceiro Mundo ou que aprendemos a conhecer em informações disseminadas pela internet. Esse mundo real é realmente inaceitável e algo deve ser feito para paliar suas carências mais gritantes e suas iniquidades mais brutais.

Apenas considero que essas misérias, injustiças e iniquidades não se devem, em absoluto, à globalização: elas preexistem, inclusive, ao capitalismo e podem talvez continuar a existir se, por acaso, em uma bela manhã de sol, o mundo decidisse deixar de ser “capitalista” para ser qualquer outra coisa, proposta ou não pelos anti-globalizadores. Os anti se enganam singularmente de inimigo, provavelmente por falta de leituras honestas, de um estudo mais atento da realidade histórica, de um conhecimento

mínimo sobre como funcionam os sistemas econômicos e, também, porque se deixam levar por um discurso simplista e simplificador, por parte daqueles já mencionados acima.

Não tenho nenhuma restrição mental em acusar os “defensores do culto”, tanto porque eu também já fui um deles, embora de uma vertente não religiosa, muito dada a leituras de todo tipo, onde Marx era combinado a Raymond Aron, Engels a Fernand Braudel e Lênin a Tocqueville. Derivei minha reavaliação dos capitalismo realmente existentes por meio de um conhecimento não apenas teórico, mas sobretudo prático de todos os socialismos realmente existentes (e suas pequenas e grandes tragédias sociais). Aprendi, em especial, a reconsiderar minha análise do sistema de mercado – tal como absorvida precocemente n’*O Capital*, de Marx – pelo estudo das tribos mais primitivas do planeta, numa antropologia comparada das sociedades que em muito contribuiu para relativizar as críticas mais candentes que os modernos socialistas faziam às iniquidades percebidas e reais desse sistema na moderna economia capitalista.

Quero crer, com base nesses estudos e na reavaliação pessoal conduzida ao longo dos anos, que os assim chamados “marxistas” contemporâneos – e que ainda continuam a perpetuar ritos e instrumentos de um culto tão ultrapassado quanto inócuo, do ponto de vista da moderna sociedade globalizada – não merecem na verdade esse epíteto, e sim o de reacionários, pois querem fazer girar para trás a roda da história, segundo a fórmula consagrada de Marx. Aliás, eu me considero marxista e nem por isso deixo de ser “globalizador”, como aliás Marx o seria, se por acaso vivesse atualmente. Por isso acredito, com base

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

em todas as considerações que efetuei neste ensaio, que não só os marxistas, mas também os socialistas de todas as espécies, os humanistas, os ecologistas, as pessoas de esquerda e os progressistas em geral deveriam adotar, sincera e devotamente, uma postura em favor da globalização – atualmente inseparável, mas não para sempre, do capitalismo –, da qual um balanço honesto saberia nela reconhecer o único sistema progressista realmente existente. Por progressista eu entendo, está claro, um sistema capaz de incorporar, progressivamente, contingentes sempre crescentes de pessoas em patamares mais elevados de produtividade, de renda e de bem estar social, não um sistema que atenda a todas as necessidades culturais, educacionais ou de justiça social de todas as sociedades por ele tocadas. Isto a globalização é capaz de fazer, mas ela não poderá, obviamente, dispensar o igualitarismo social com que sonham alguns de seus arautos ou de que a acusam vários, ou maior parte, de seus críticos.

Quero crer, também, que a maior parte dos participantes do movimento anti-globalizador seja composta de indivíduos idealistas, que se esforçam sinceramente por encontrar respostas aos problemas do mundo atual, por definirmos como proclamado no seu 4º princípio, as chamadas propostas alternativas para uma “nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.”

Concordo basicamente com esse objetivo geral, idealista, contentando-me talvez, tão simplesmente, em retirar o adjetivo “solidária” do conceito de globalização, não por discordar da intenção, mas por considerá-la inócua e absolutamente irrelevante do ponto de vista do processo histórico. A globalização seguirá sua marcha impessoal, indiferente às vontades e intenções daqueles que pretenderiam atribuir-lhe qualquer caracterização particular ou específica.

Atores sociais e líderes políticos tentarão, obviamente, moldar o processo de globalização, tentando adaptá-lo às suas necessidades nacionais, às suas concepções filosóficas ou a seus projetos políticos. Todas essas ações poderão, ou não, desviar, ainda que de forma moderada, o traçado impessoal e aparentemente indomável do processo de globalização, mas não conseguirão determinar seu curso básico, que é o da unificação progressiva do planeta numa sociedade singular, não totalmente integrada ou dotada de padrões uniformes (como pretendem os defensores do nacionalismo cultural), mas tampouco fechada em arquipélagos nacionais como ocorreu até os nossos dias. As ameaças de eliminação das diferenças culturais entre os povos, devido à importação de bens e serviços de “cultura de massas” do atual centro imperial, são carentes de maior substância efetiva e não deveriam ser consideradas por todos aqueles que trabalham com a identidade nacional desses povos, como a própria experiência brasileira já o demonstrou amplamente.

Uma leitura realista das possibilidades e limites da globalização nos permitiria visualizar, sem paixões ou esperanças irrazoáveis, o potencial de realizações que esse processo contraditório e indomável contém no sentido de uma transformação positiva, e progressista, da maior parte das formações sociais integradas, de uma ou outra forma, ao grande caudal da economia mundial. Sempre haverá aqueles que preferirão combater moinhos de vento, em lugar de se lançar, modesta e pragmaticamente, nas pequenas e grandes tarefas vinculadas necessariamente ao processo de globalização: a educação das massas, a qualificação técnica e profissional dos trabalhadores, a melhoria contínua dos padrões culturais e científicos da população, de maneira a prepará-la para usufruir plenamente dos benefícios desse processo irreversível, bem como para fazê-la participar com seus próprios instrumentos dessa grande dinâmica multiforme.

Os anti-globalizadores da atualidade me parecem ter adotado, por enquanto, a atitude do avestruz, o que é próprio daqueles que se sentem

fragilizados frente a uma realidade que não dominam e que parece dominá-los por sua vez. As manifestações ruidosas que conduzem nos locais e eventos típicos da atual globalização constituem um típico combate de retaguarda, e suas teses estão condenadas a se esvaír na vacuidade das idéias mal

pensadas, mal conduzidas e mal direcionadas. É de toda forma reconfortante saber, de acordo com Marx, que a humanidade nunca deixa de oferecer soluções aos problemas que ela mesma se coloca. Daí a razão de meu otimismo.

Brasília, 5 de julho de 2004



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

Resenhas

Paisagens da História – Como os historiadores mapeiam o passado*

Priscila Gonçalves Tanaami**

A historiografia é abordada como tema nessa obra de John Lewis Gaddis, que consiste em um conjunto de conferências proferidas por ele na Examination Schools em High Street. Influenciado por Marc Bloch e E. H. Carr, o autor discute o papel do historiador e seus métodos, visando a uma complementação e reflexão embasada no pensamento desses autores. Isso é feito de modo interessante e original, com o levantamento de questões – como o objeto de estudo desses profissionais, seu modo de pensar e analisar a realidade – cuja discussão é permeada por exemplos advindos desde a história, até as artes – como a pintura, a literatura e o cinema –, e pelo uso de metáforas; recursos, esses, que facilitam o entendimento e entretêm a leitura.

A discussão se inicia com a análise da pintura *O viajante sobre o Mar de Névoa*, de Casper David Friedrich, que desencadeia uma reflexão sobre a posição do historiador em relação ao seu objeto. Ele, assim como o personagem do quadro, observa os acontecimentos com o distanciamento que o tempo exige, uma vez que o passado chega até nós inacessível, sendo somente possível sua representação pelos artefatos sobreviventes. Esta pode ser feita sob um prisma mais amplo, quando comparado ao daqueles que viveram a experiência, já que o historiador pode variar entre o geral e o particular, fazendo uso também das diferentes escalas de tempo e espaço, conforme for necessário. Dessa forma, para o autor, o que deve ser buscado é uma abstração,

não uma descrição literal dos eventos ocorridos. A história deve ser como um mapa: que simplifica a realidade, destacando aspectos de acordo com o que se pretende compreender e explicar.

Por ter como função essa representação da realidade, o historiador é colocado numa posição intermediária entre as artes e a ciência, dado que ele se baseia na realidade das estruturas deixadas pelos acontecimentos do passado, mas tem que se utilizar da imaginação, dentro de certos limites, para poder completar as lacunas remanescentes. O processo originário é interpretado à luz de variáveis interdependentes, em detrimento do método reducionista utilizado por grande parte dos cientistas sociais. Devem ser analisados aspectos como as condições iniciais, os diferentes pontos de vista que podem alterar a descrição do fenômeno, regularidades existentes, a fim de se chegar a uma reconstrução do objeto, unindo-se fatores de forma lógica e coerente.

Relações de causalidade mostram-se essenciais no estudo da história. No entanto, a análise dos fatos considerados acidentais gera uma certa polêmica entre os autores: Carr afirma serem eles inúteis, enquanto Bloch considera-os importantes, mas em menor escala quanto comparados à ação das chamadas “causas racionais”¹. Nesse ponto, a opinião de Gaddis converge com a do autor francês, prosseguindo, então, a discussão por esse viés. É feita uma diferenciação entre o “imediate”, o “intermediário” e o “distante”, sendo que quanto mais próximo do evento, maior seu valor

* GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História – Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 211p. ISBN 85 352 1225 6.

** Bacharelada em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e editora-assistente de RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais.

¹ Idem, p. 110.

como agente no processo. Ainda há que se considerar as causas “necessárias” e “suficientes”, sendo essas últimas dependentes das primeiras. E, por último, a ação dos “contrafactuais”, ou seja, “o antecedente que mais facilmente poderia ter sido evitado”², sendo necessário, para a descoberta deste, que o historiador reviva o episódio em sua imaginação, alterando as variáveis de forma individual, mantendo-se a coerência com a situação.

A produção do conhecimento histórico é normalmente feito em forma de narrativa, que deve apresentar as várias causas interligadas, caminhando para uma consequência. A indução e a dedução são partes do pensamento do historiador e ele deve utilizar-se de ambas para sua construção. Além disso, deve haver uma correspondência com a realidade, a fim de dar credibilidade ao estudo, sendo essa uma das características que compõem a epistemologia científica.

A busca por uma previsão do futuro, muito almejada por algumas ciências sociais, não é apresentada como um objetivo do historiador. Ela é extremamente complicada de se obter, pois o ser humano tem reações distintas a fenômenos similares, ao contrário do que ocorre em certos casos das ciências exatas. Assim, a teoria da escolha racional peca porque considera que os indivíduos têm padrões

de comportamento que se mantêm estáveis, o que não ocorre na realidade.

O autor afirma que “reconstruir o verdadeiro passado é construí-lo de maneira acessível, porém, deformada: é oprimi-lo, reprimir sua espontaneidade e negar sua liberdade”³, mas, ao mesmo tempo, liberta-o do esquecimento. Gaddis finaliza revisitando o quadro no início e propondo que o personagem pode estar, não observando o passado, como havia sido afirmado, mas sim vislumbrando o futuro e é aí que ele insere sua idéia final, de que o ensino funciona como a história, na medida em que, por um lado, os professores oprimem seus alunos, com provas e trabalhos, ao mesmo tempo que os libertam ao lhes munirem de instrumentos para a observação da realidade, que poderá levar ao desenvolvimento de novos conhecimentos.

A discussão proposta por John Lewis Gaddis é desenvolvida com muita propriedade pelo autor, que, de forma muito informal e atual, nos insere nos métodos historiográficos, fazendo com a que a reflexão flua naturalmente. Indicado não só para os profissionais ou estudantes da área de História, o livro é interessante para todos aqueles que se mostrarem curiosos em relação à construção do conhecimento nesse campo de estudos, que influencia todos os outros ramos do conhecimento.

²Idem, p. 117.

³Idem, p. 158.

Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

O Poder Americano*

Paulo Roberto de Almeida**

Em geral, deve-se desconfiar dos livros puramente acadêmicos – isto é, de autores universitários em tempo integral – que trazem como objeto o tema central que dá título a este livro, o “poder americano”, ainda mais quando ele pertence, como é o caso, a uma coleção que se identifica como “Zero à Esquerda”. Poder-se-ia esperar uma coleção de diatribes contra o império e a dominação global dos EUA, em nada condizente com uma análise séria que a atual situação de hegemonia da “hiperpotência” requer em benefício de todos os interessados nas origens e na dinâmica desta situação absolutamente única na história da humanidade. Esta coletânea constitui, porém, uma agradável surpresa, no sentido em que os trabalhos passam longe da crítica apaixonada ou do simplismo econômico. Aqui e ali permeia algum ressentimento contra a situação periférica ou dominada da América Latina, resultado de velhas teorias conspiratórias sobre a “concentração do poder econômico e militar”, mas o conjunto de ensaios revela que os autores não se contentaram com essa visão acadêmica tradicional.

Se fôssemos parafrasear Lênin, se poderia dizer que a atual *Pax Americana* é a *Pax Britannica* mais as tecnologias de informação, mas é evidente que o poder global não se explica apenas pelo domínio tecnológico ou militar. Um dos autores acredita que o poder tecnológico americano pode ser visto como um empreendimento militar: ele retoma a noção de “complexo militar-industrial-acadêmico” para explicar as razões do sucesso americano desde meados do século XX. Uma análise de extração marxista, porém, poderia argumentar que os EUA criaram um “modo inventivo de produção” absolutamente inédito em termos históricos e eficiente em seus vários aspectos: econômicos, militares, culturais, sociais, institucionais

e em muitas outras vertentes “civilizacionais”. Isto não data do pós-Segunda Guerra, mas vem desde antes de Benjamin Franklin.

Os acadêmicos de esquerda têm certa dificuldade em aceitar que o atual poderio americano, absoluto em várias de suas facetas, não deriva de uma simples concentração de poder econômico, financeiro ou tecnológico no último meio século, aquilo que os antigos marxistas chamavam de “capital monopolista internacional”. Ele é o resultado da professorinha de aldeia, do *self-rule*, da justiça rápida e transparente, dos mercados livres e do Estado mantido semimantido pela liberdade de iniciativa. Em poucas palavras, educação universal, instituições sólidas e liberdade econômica constituem o segredo do atual poder americano, mas isso já tem mais de dois séculos.

Os dois textos iniciais do próprio organizador trazem uma visão histórica, de longo prazo, sobre a formação e a expansão do poder global e do poder especificamente americano. Os demais ensaios cobrem a fase contemporânea, *grosso modo*, as duas últimas duas décadas que coincidiram com a “indústria do declinismo” – cujo principal expoente foi o historiador Paul Kennedy – e com a brilhante retomada do crescimento da “nova Roma” e suas projeções planetárias. Maria Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo assinam um texto de corte tradicional sobre a “mundialização do capital” que poderia facilmente ter sido elaborado por um marxista repetitivo como Hobsbawm.

Um trabalho de Franklin Serrano sobre a política macroeconômica dos EUA no pós-guerra também contém algumas dessas percepções tipicamente acadêmicas sobre o referido “complexo” e a retomada do poder das “classes proprietárias”, mas compõe, ainda assim, um recapitulativo útil sobre as várias

* FIORI, José Luís (ORG.): O Poder American. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, 456 p.

** Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

etapas daquela política, desde sua fase tipicamente keynesiana do imediato pós-guerra até as orientações recentes de corte mais liberal-hayekiano. José Carlos Souza Braga e Marco Antonio Macedo Cintra tratam em artigo conjunto da atual “folia financeira”, no qual começam reconhecendo que essa “financeirização” tem sólidas bases técnico-econômicas, mas terminam por ratificar a visão dicotômica sobre a tensão entre produtivismo e financeirização, entre o enriquecimento e a exclusão social, entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Dois outros ensaios abordam o petróleo e as telecomunicações como sustentáculos do poder global dos EUA, com a reafirmada tendência à centralização estrutural e à junção do poder político e do capital.

Um último ensaio, de Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge, traz uma interessante análise

sobre o papel do Japão e dos EUA nos processos de inserção comercial internacional dos emergentes asiáticos e dos países da América Latina, respectivamente. Teríamos aí casos de “gansos voadores” e de “patos mancos”, com desempenhos diversos nos mercados de produtos dinâmicos, o que explica as trajetórias diferentes de desenvolvimento econômico e social. A posição relativa da América Latina ficou para trás, em função de um desempenho notoriamente inferior, o que também é explicado pela baixa inserção no comércio internacional. Trata-se, certamente, do melhor estudo deste livro, pois que empiricamente embasado e solidamente apoiado nas mais recentes elaborações conceituais da ciência econômica. No conjunto, o livro vale o investimento na sua compra, pois o retorno em capital intelectual é superior às poucas digressões academicistas esparsas em alguns capítulos.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br

Ensaio sobre o capitalismo no século XX*

Paulo Roberto de Almeida**

Responda rápido: o que o grupo de rock *Capital Inicial*, o magnum opus de Karl Marx, *O Capital*, e a revista *CartaCapital* têm em comum? Não, não é a similaridade de nomes: é que todos eles se opõem, ao menos intelectualmente, ao capitalismo, ainda que dele não possam prescindir. O mesmo talvez deva ser dito desta coletânea sobre o velho capitalismo e suas novas roupagens.

Não sei se o autor aprecia o grupo de rock brasileiro, mas ele fez seu capital inicial escrevendo uma tese sobre “valor e capitalismo”, tornou-se um grande leitor de Marx (e de outros pensadores da economia, favoráveis e contrários ao capitalismo) e é membro do conselho editorial de *CartaCapital*, de onde foi tirada a maior parte dos artigos. A “mais valia”, neste caso, é que, além de textos sobre a história da economia capitalista, sobre a globalização e sobre os intelectuais críticos ao capitalismo, o livro também comporta quatro artigos sobre futebol, mas estes pertencem a uma espécie de “hora da saudade”, sem trazer valor agregado ao conjunto dos ensaios de vulgarização que integram as três primeiras partes.

Digo vulgarização no bom sentido da palavra, pois se trata, na maior parte, de variações jornalísticas de artigos de puro corte acadêmico. Sua característica unificadora é essa visão crítica do capital e dos seus mecanismos, como convém aos membros da academia, que já têm seu capital próprio amplamente assegurado pelo sistema de *tenure* universitária e que se dedicam a aumentar o seu “valor de troca” – preço de mercado – escrevendo de maneira cética sobre o

capitalismo. O Brasil é um excelente mercado consumidor para os críticos do capitalismo, para os censores do FMI, para os opositores da globalização: este livro é uma prova sofisticada desta tese. O pessimismo aqui é de regra: precarização das relações de trabalho, mal-estar da globalização, impossibilidade de alcançar patamares mais altos de desenvolvimento, miopia liberal-conservadora, máscaras do imperialismo, tragédias ciclópicas rondando esses incautos da periferia que somos todos nós, entregues atados à sanha da nova barbárie capitalista.

O problema, entretanto, é que textos desse tipo ilustram, mas não esclarecem; encantam convertidos com o elegante jogo de palavras sobre as finanças liberalizadas, mas de fato contribuem pouco para explicar características cruciais de nossa época, que podem não agradar aos críticos da academia, mas são as que existem, sem que qualquer conspiração de magnatas tenha estabelecido as regras do jogo. Pode ser divertido ler, mas é altamente duvidoso pretender que “a mão invisível ataca no trópico”, ou que são “insucessos” as “atuais políticas inspiradas nas crenças do liberalismo econômico”. Por esse critério, teriam sido bem-sucedidas as políticas passadas inspiradas no dirigismo econômico? Também é irônico ler sobre a “fúria reformista dos liberais”, talvez mais uma prova indireta de que os únicos atores realmente revolucionários, hoje em dia, são os capitalistas e os globalizadores, uma vez que a esquerda acadêmica, saudosista do keynesianismo, parece ter-se tornado irremediavelmente conservadora.

* BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 2004, 240 p.

** Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

